

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

João Neiva, 05 de agosto de 2021.

OFÍCIO VEREADORES CMJN – Nº 196/2021

Assunto: solicita intervenção institucional em defesa da população joâoneivense.

Exmo. Sr.

DR. FÁBIO HALMOSY RIBEIRO

DD. Promotor de Justiça - Ministério Público da Comarca de João Neiva

Senhor Promotor de Justiça

O Vereador firmatário, no exercício de suas atribuições legais, vem perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** registrar e requerer o que segue.

Diferentemente dos demais municípios, João Neiva não apresentou nenhum calendário de retorno às aulas presenciais na rede pública municipal.

Temos tentado obter esclarecimentos sobre o tema, mas ao que consta não existe planejamento no âmbito da administração municipal em relação ao **retorno às aulas**, com manifesto prejuízo à formação escolar dos estudantes da rede pública municipal.

Outro tema relevante e que não tem merecido atenção do Poder Executivo local é o **transporte público**.

Temos, reiteradamente, cobrado a regularização na prestação desse serviço em favor da população, mas a Administração permanece omissa após oito meses de mandato.

Por fim, um terceiro assunto que mereceria especial atenção do Ministério Público, por se tratar de direito coletivo, é a má prestação dos serviços de **iluminação pública**. Embora a população esteja sendo cobrada da respectiva taxa, a cidade



CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

está escura, com agravamento da criminalidade e colocando em risco a segurança pública.

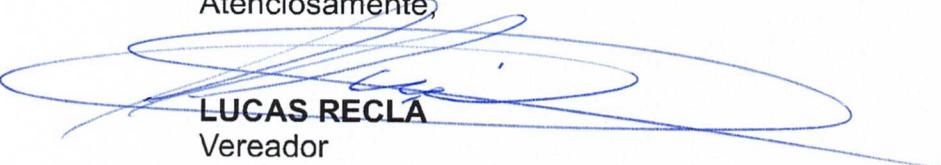
Ressalte-se a recente e milionária licitação para contratação desse serviço de iluminação pública, que também foi objeto de nossa manifestação e que nenhum retorno trouxe para a cidade.

Esses três temas têm sido amplamente cobrados da atual gestão, através de visitas, ofícios, requerimentos, etc.

Todavia, como já destacado, há completa omissão do Exmo. Sr. Prefeito em esclarecer e atuar na solução desses graves problemas que atingem a sociedade local.

Nesse contexto, estamos solicitando a intervenção institucional do Ministério Público em defesa da população joâoneivense, por se tratar de temas de interesse coletivo e em razão da omissão do Poder Executivo.

Atenciosamente,


LUCAS RECLA
Vereador